



COMO COMPREENDER A REALIDADE DO TERRITÓRIO ENQUANTO ESPECIFICIDADE HUMANA NUMA PERSPECTIVA DECOLONIAL?

Oiolanda Moreira da Costa¹

Resumo: Este texto tem por objetivo discutir questões pertinentes ao universo feminino do meio rural e seus enfrentamentos marcados pelas máscaras da colonialidade, sendo as questões de gênero e raça aqui abordadas como gatilhos do machismo patriarcal. A escrita segue o formato de relato de experiência reflexivo, embasado teoricamente por Lugones (2014) e Mendes e Fonseca (2020), que contribuem para pensar as questões interseccionais na perspectiva da decolonialidade.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Soberania Alimentar; Protagonismo; Ressignificação.

INTRODUÇÃO

A relação entre os seres humanos e a terra pressupõe costuras alinhavadas, pontos baixos e bainhas costuradas à mão, em tempos em que a máquina era apenas imaginação, uma realidade distante. Tudo isso porque, em determinada constituição social, homens e mulheres desempenhavam papéis intrínsecos, considerados íntimos à sua identidade biológica.

Os homens caçavam e pescavam, atividades que exigiam força física, respaldando o imaginário do guerreiro forte e másculo. As mulheres cuidavam das crianças, da casa, das sementes e da alimentação, o que, ao longo do tempo, reforçou a ideia de que aquele espaço social ocupado pelas mulheres seria mais adequado à sua suposta fragilidade e até por não representar comprometimento direto com o desenvolvimento econômico.

No Brasil colônia, a Lei de Terras tratou de privar os desiguais da conquista da terra, esta entendida como produto de necessidade e produção de bens e consumo. Essa privação contribuiu para o aumento das desigualdades na base da pirâmide social, pois muitas mulheres chefes de família, responsáveis pelo sustento e manutenção da casa, foram obrigadas a se render aos monopólios colonialistas, esmagando seus sonhos, soterrando alegrias e amiudando-se perante o topo dessa estrutura social.

¹ Especialista em Educação do Campo pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: oiolanda@gmail.com.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Desse modo, o texto busca refletir, por meio de um relato reflexivo de experiências, sobre a relação e o papel da mulher no século XXI com a terra, especialmente no contexto da agricultura familiar de subsistência, que, quando cuidada, retribui com produção de qualidade. Nessa mesma linha, a relação das mulheres com a terra evidencia saberes, cultura e bem-viver, fazendo do território não apenas um espaço de produção de alimentos, mas também de soberania alimentar. Para desenvolver essa ideia, o relato de experiência contará com o respaldo teórico de Lugones (2014) e Mendes e Fonseca (2020), refletindo sobre aspectos importantes que conduzem à vivência substantiada pelo feminismo decolonial.

Historicamente, o campo foi visto apenas como espaço de extração de riquezas, uma bandeira importante para movimentar a economia nas cidades, desconsiderando os diversos elementos que constituem os territórios rurais, sobretudo com a presença dos minifúndios e toda a sua riqueza multicultural. Assim, pensar o feminino a partir do rural, a produção de alimentos de qualidade, os processos de escolarização, os saberes e a ciência, em um país em que as relações de gênero ainda precisam ser constantemente tensionadas no âmbito das garantias legais, requer compreender por que essa desigualdade se perpetua nos campos silenciosos, muitas vezes marcados não apenas pela ausência de insumos industriais, mas também por diferentes formas de exploração.

Essas situações são, muitas vezes, remediadas por políticas consideradas públicas, mas que nem sempre permitem um desenvolvimento orgânico das comunidades. Isso ocorre porque, frequentemente, quem pensa as políticas públicas para os homens latifundiários são os mesmos que pensam as políticas públicas para as mulheres minifundiárias, mantendo estruturas rasas de intervenção que acabam por perpetuar a subordinação da mulher rural ao poder masculino.

ESBURACANDO AS PRÁTICAS E SISTEMATIZANDO SABERES

Tomando por ponto de partida as relações históricas em torno da exploração da terra e toda a dinâmica atribuída às questões socioeconômicas e culturais, as relações de poder não se esvaziam com a visibilidade atribuída às figuras de gênero, especificamente às mulheres e

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



suas relações com a terra, as águas e as florestas, como também às diversidades econômicas que, por vieses ideológicos, acabam sendo soterradas nos campos das desigualdades.

Ao falar sobre a contemporaneidade do universo feminino, Lugones (2014) nos reporta à semântica universalizada pelas mulheres de cor e do terceiro mundo. Outrossim, a autora explica que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade. Ser mulher e negro são termos que remetem a categorias homogêneas, atomizadas e separáveis; assim, sua intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras – e não sua presença.

De forma semelhante, trago vivas as memórias de meus antepassados que migraram incansavelmente em busca de melhores condições de vida. A maior parte da família era composta por mulheres negras, buscando na terra e com a terra um cantinho para o repouso. Nesse ir e vir migratório, os lugares que ocuparam eram sempre de meeiros, assalariados ou empreiteiros, nunca de donos da terra.

Abro um parêntese para ressaltar que as dores não vistas, os desafios em forma de suor e as lágrimas em forma de passos foram mais que histórias; foram fermento para que as gerações futuras pudessem atribuir novas visões no lidar com a terra, sendo ela propriedade conquistada ou usufruto estabelecido em cartório de registro.

Quando a mulher decide que pode fazer diferente e transformar realidades, entraves sociais surgem destemidamente. Lugones (2014) sistematiza que a colônia era a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas por meio de uma exploração inimaginável, envolvendo violação sexual e controle da reprodução. Em outras palavras, uma menina, ao nascer, consequentemente é predestinada ao casamento, ao lar e aos filhos. Todas as mulheres? Não. As mulheres de cor tinham seus corpos violentados pelo simples fato de serem mulheres negras.

Assim, nossa experiência de mulher negra, em um contexto gerido por colonialidades e decolonialidades, nos conecta com o diálogo de Mendes e Fonseca (2020), quando evidenciam que as teorias da colonialidade inicialmente não consideraram as implicações do gênero no processo de construção das dicotomias de poder. Por isso, é importante relacionar o gênero como categoria de dominação.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



E assim, lembro-me de que, em 2016, no segundo período do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), buscava elementos para entender os princípios que regiam essa modalidade educacional no chão das salas de aula, pois as teorias eram diversas e, ainda assim, não davam suporte às práticas idealizadas. Seguindo os princípios da alternância, vivenciávamos o tempo escola e o tempo comunidade. Nesse período, lecionava em uma escola multisseriada dos anos iniciais do Ensino Fundamental, localizada em área rural. Essa escola, como as demais, estava em processo de ressignificação do currículo regular para o currículo do campo.

Até então, tínhamos apenas alguns direcionamentos e a previsão de estudos conduzidos pelos macrocentros e pela Escola Ativa como formação continuada. O que, em suma, nunca aconteceu. Recebíamos apenas materiais, mas não havia contato identitário. Com o fortalecimento da Licenciatura, novas atividades foram reconduzidas e direcionadas às escolas de áreas rurais, apresentando-nos o Assentamento Sezinio Fernandes de Jesus e outras práticas de educação para agregar valores ao currículo das multisseriadas.

A terra é uma caixinha de mistérios e revelações!

Ao analisarmos algumas práticas e elaborarmos o plano de estudo, observamos que em torno do currículo centravam-se desafios que nossos antepassados buscavam solucionar. A maior parte dos educandos era filha de meeiros, assalariados e empreiteiros, e discutir a relação afetiva com a terra quase nunca desenvolvia sentimento de pertença. Outra questão pairava sobre os sonhos e planos dos pais para seus filhos, o que não incluía o trabalho voltado às questões agrícolas, principalmente para as meninas. Estas eram constantemente orientadas a casar ou conseguir um emprego que não fosse debaixo do sol e da chuva.

Visualizando tudo isso e tendo ciência de que o currículo não daria conta de responder a todas as demandas sociais que a modalidade abarcava, voltei meu olhar para os sujeitos da universidade, meus colegas de sala e os companheiros das Ciências da Natureza. A análise visual demonstrou que o maior percentual de estudantes nessa modalidade era do gênero feminino, e, dessas, poucas tinham contato direto com a terra. As poucas mulheres que disseram ter contato direto com a terra relatavam que era quase impossível desenvolver as

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



atividades diárias da roça e ainda encontrar forças para estudar sozinhas à noite, em virtude do cansaço corporal.

Acentuando o debate sobre a posse da terra, observou-se que a minoria residia em espaço semiurbanizado ou urbanizado, sendo irrisório o número representativo daquelas que podiam chamar a terra de sua. Uma ou duas eram resultado de heranças familiares; outras aguardavam políticas de fomento da terra para mulheres quilombolas e assentadas. Veio o silêncio da fala, mas a agonia interna palpitava na mente: não dá para falar de educação do campo se o sujeito não se sente ativo nesse processo.

Algo precisava ser diferente. Por conseguinte, pensar uma prática ativa era o caminho das sementes. Em parceria com o curso de Economia Solidária, ofertado na universidade, e tendo como tema gerador a terra, construímos o projeto interdisciplinar “Sementes, Solo, Ciências: relação humana e comercial”.

O projeto foi desenvolvido na Escola Pluridocente Ovídio Carlos de Miranda Brito, hoje desativada. Com essa dinâmica, os estudantes vivenciaram momentos informativos, visitas de campo, laboratório de coleta de sementes e preparação do solo, tudo organizado com a parceria entre escola e comunidade. As mudas foram formadas a partir das sementes, cultivadas e regadas; porém, sua comercialização não foi permitida pela Superintendência de Educação, alegando questões burocráticas no manuseio de dinheiro por instituições públicas.

Ainda não saciada, e com a mente gritando por novas experiências, voltei meu olhar para alguns metros de terra que meu pai havia adquirido com a venda de carvão. Ele só comprou porque minha mãe insistiu muito. Por si só, a aquisição não teria acontecido. Nos primeiros anos ele plantou maracujá e alguns pés de café, depois abandonou, pois seu foco é a motosserra. Falei com meus pais que realizaria uma experiência da universidade e que mexeria com a terra. Ele nem respondeu, pois, depois de diplomada, eu passava o tempo todo trabalhando – cinquenta horas de sala de aula – e as poucas horas vagas eram destinadas às tarefas da igreja.

Primeiro veio o cultivo de aipim, que rendeu oito sacos de farinha. Depois veio o abacaxi, que produziu com qualidade e quantidade. Na sequência, resolvi podar alguns pés de café, cuidar e ver no que daria. O café nasceu, produziu e veio o primeiro resultado vindo da

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



roça e do meu trabalho. O dono da terra ficou incomodado, alegando que eu queria tomar a terra, mas isso nem passava por minha cabeça. Eu só queria testar as relações, a afetividade e o poder de produção da terra. Com orientação e ajuda externa, resolvi plantar pimenta-do-reino e, na sequência, algumas mudas de café. Muito trabalho, esforço físico intenso, laboratórios comprovados, produção garantida, apesar dos desafios do cultivo.

Logo, reflito que os incômodos proporcionados aos homens dessa família não são problemas causados por olhares em torno da terra, mas por construções históricas que afirmam que o papel da mulher, o lugar da mulher, deve estar sempre abaixo do patriarcado. O homem e sua representatividade decisiva. Isso não funcionou comigo, porque eu não dependia do dinheiro masculino, nem da força de trabalho, e muito menos dos direcionamentos organizativos e administrativos. Caso contrário, a consciência de mulher seria subalternizada, soterrada em covas que jamais germinariam uma semente.

AGRICULTURA FEMININA E COMPROMISSO SOCIAL

A pergunta que deveríamos nos fazer é: como os modelos agricultáveis decoloniais têm ajudado as mulheres a não produzirem sentimentos de negação da terra? Podemos pensar por intermédio da posse da terra, da relação com a terra, dos processos administrativos e da organização das ações. Isso não é sobre força física, mas sim sobre a consciência do lugar que se quer ocupar.

A posse da terra em mãos masculinas é, referencialmente, o modelo social de agricultura que se visualiza. Isso porque, por mais que tenhamos avançado, ainda existe trabalho para homens e trabalhos para mulheres, valores para homens e valores para mulheres em relação à prestação de serviço. A terra é poder, é riqueza, é posição social. A relação com a terra ainda é marcada por práticas de coleta, cuidado, colaboração e ajuda compartilhada, mantendo aquele sistema em que a mulher cuida dos afazeres da casa e depois vai à roça ajudar o homem, sem qualquer participação efetiva no processo de transformação do roçado.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Os processos administrativos, mesmo que não estejam ligados diretamente aos processos de escolarização, precisam ser construídos e organizados a partir da educação financeira, das políticas afirmativas e das políticas de valorização. Por fim, a condução das ações não exige nem pulso fraco nem pulso forte, mas determinação e conhecimento de que as mulheres podem conduzir os processos com leveza, garantindo produção, versatilidade, conhecimento e ensinamentos de que a terra ensina, educa, anima, alimenta e convida ao cuidado afetivo para manter-se chão e dele surgir o pão.

REFERÊNCIAS

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, 935-952, set.-dez., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqnzb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 mar. 2026.

MENDES, Gabriella da Silva; FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da. A questão de gênero numa perspectiva decolonial. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 82-101, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/50181>. Acesso em: 8 mar. 2026.